

ATA DE REUNIÃO GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO FISCAL GEFE-RJ

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Tipo/Nº/Ano: Ordinária - nº 004 / 2022

Objetivo: Relatar e programar o andamento das ações em nível nacional e estadual

Duração: 10h às 12h - Data: 11/08/2022

Local: Online – Plataforma Microsoft Teams

REPRESENTANTES PRESENTES

SEFAZ-RJ: Joana Alves e Joanna Carvalho

SEEDUC: Renata Barreto

CGU: Flávia Lopes

RFB: Vicente Oliveira

PGFN: Marcelo Maia

CGE: Eliane Magalhães

IDC: Bruno Campos

I. PAUTA:

1. Prêmio Estadual de Educação Fiscal: Balanço das inscrições; Avaliação dos trabalhos; Evento de Premiação;
2. Programação suspensa devido à legislação eleitoral;
3. Planejamento GEFE-RJ 2023;
4. Possibilidade de reunião presencial.

II. DELIBERAÇÕES:

1. Iniciando a reunião com o primeiro item da pauta, Joana Alves apresentou o balanço das inscrições do Prêmio Estadual de Educação Fiscal, que contam com trabalhos de cem alunos para a categoria de ensino médio, três redações para a categoria alunos do ensino fundamental, doze para a categoria alunos da EJA, quatro trabalhos para a categoria alunos da socioeducação, e 14 projetos para a categoria Escolas. Joana dividiu com o Grupo que apesar das limitações impostas pelo período eleitoral, que suspendeu as redes sociais e todas as divulgações dos projetos, incluindo o Prêmio Estadual de Educação Fiscal, obteve-se um número expressivo de inscritos. Sobre o curso de disseminadores de Educação Fiscal, disponibilizado na plataforma Applique-se para auxiliar os professores na orientação aos alunos que se inscreveram no Prêmio, foi informado que houve um total de 43 professores

- realizando o curso sendo que, destes, apenas quatro foram indicados como orientadores da categoria alunos do Prêmio. Renata Barreto, representante da Secretaria de Educação, explicou que essa diferença se dá, pois, muitos professores realizaram o curso visando a implementação da nova Base Curricular Comum, no ano de 2023, quando a temática da Educação Fiscal e Educação Financeira passarão a integrar a BNCC. Como era o primeiro contato com a temática, muitos professores ficaram inseguros para orientar um trabalho para uma premiação.
2. Ainda no que diz respeito ao Prêmio, Joana confirmou com o Grupo as indicações das instituições para as comissões técnica e julgadora enviadas por e-mail. Desse modo, a Comissão Técnica será composta por Joana Alves como representante SEFAZ, Renata Barreto, representando a SEEDUC, Rosângela Dias como representante do OSB-Rio e Bruno Campos representando o IDC; Já a Comissão Julgadora, será formada por Rafaela Miotto, representando a SEFAZ, Vicente Oliveira, como representante indicado pela Receita Federal, Flávia Lopes, indicada pela CGU, Marcelo Maia como indicação da PGFN, Fabiana Madeira, representando a SEEDUC, Eliane Dias, como representante da CGE e Cláudio Monica, indicado pelo TCM. O TCE-RJ não indicou representante para compor a comissão julgadora do Prêmio. Flavia Lopes aproveitou para comunicar que apesar de ter sido indicada pela CGU para compor a comissão julgadora, caso a avaliação ocorra dentro do período eleitoral, ela não poderá participar, seguindo orientação da própria instituição, a fim de evitar complicações com a legislação eleitoral.
 3. Na sequência, foi deliberado pelo Grupo como serão realizadas as avaliações dos trabalhos inscritos. Após a seleção realizada pelas Diretorias Regionais, os trabalhos serão enviados às Comissões. A comissão técnica será dividida em duas equipes, com dois avaliadores cada, e cada equipe avaliará metade dos trabalhos. Desse modo, cada trabalho será avaliado duas vezes, com o intuito de verificar se estão de acordo com as regras definidas pelo Regulamento. Já a comissão julgadora será dividida em duas equipes, com três avaliadores, e cada trabalho será julgado por três avaliadores, que indicarão no espelho de avaliação a pontuação alcançada. Caso haja empate entre algum trabalho, este será avaliado novamente por um grupo diferente, a fim de buscar o desempate da pontuação.
 4. Já no que diz respeito ao evento de premiação do Prêmio Estadual de Educação Fiscal, Joana explicou ao Grupo que, por solicitação da SEEDUC, deveria ser até a primeira quinzena de novembro, já que após esse período começariam as provas e o encerramento do ano letivo. Desse modo, a data de 17 de novembro foi aprovada pela SEFAZ, onde será realizado o evento. Eliane Magalhães, representante da CGE, e Bruno Campos, representante do IDC, solicitaram que o evento fosse realizado no dia 18 de novembro, pois, já teriam compromissos na data proposta, o que será verificado internamente a possibilidade. Não sendo possível, a data sugerida foi aprovada pela maioria.
 5. Dando continuidade à pauta, Joana explicou ao Grupo que devido ao período eleitoral e a legislação vigente, todos os projetos e publicações online do GEFE-RJ precisaram ser suspensas. As postagens das redes sociais foram arquivadas, e a realização dos projetos, durante este período, para que não configurem como propaganda de governo, foram

suspensas, inclusive a edição do projeto Educação Fiscal em Debate, planejado para o mês de julho.

6. Em relação à realização do projeto Cidade Constitucional, no segundo semestre de 2022, entendeu-se que deveria ser programado para o ano de 2023, uma vez que o prédio do Palácio da Fazenda, localização da Receita Federal, CGU e PGFN, e onde é realizada uma das etapas do evento, está em obras, impossibilitando a realização da programação.
 7. Prosseguindo com os itens da pauta, sobre o planejamento do GEFE para o ano de 2023, Joana apresentou a proposta de o Grupo já iniciar a discussão, para que em dezembro apresente uma programação com datas para todo o ano, evitando sobreposições de eventos entre os parceiros. Desse modo, se possível, na próxima reunião em outubro, já definir quantas edições do projeto Cidade Constitucional serão realizadas, e quando; definir quais escolas da SEEDUC serão visitadas para o projeto Educação Fiscal nas Escolas; assim como, do projeto Educação Fiscal em Debate. No que diz respeito ao projeto GEFE Itinerante, foi explicado ao Grupo que a alta administração da SEFAZ entendeu, após as três edições do projeto, nos municípios de Rio Bonito, Mesquita e Volta Redonda, que há uma necessidade de estruturar melhor a capacitação dos municípios na temática da Educação Fiscal, antes de realizar visitas e palestras. Para tanto, o projeto está sendo reformulado, e assim que tiver um esboço será apresentado ao Grupo, o que foi aprovado pelos presentes, que comentaram ter tido as mesmas percepções nos eventos que participaram.
 8. Já no que diz respeito à possibilidade de o Prêmio Estadual de Educação Fiscal tornar-se bienal, com o objetivo de evitar coincidir com as eleições, causando prejuízos às divulgações, todos no Grupo concordaram com a proposta, que será levada à administração da SEFAZ, patrocinadora e organizadora do Prêmio.
 9. Por fim, foi colocado em votação a retomada das reuniões presenciais do Grupo, uma vez que passaram a ser virtuais devido a pandemia do Covid. Visto que a população está em sua grande maioria vacinada e os índices de contaminação estão controlados, a maioria do Grupo concordou que as reuniões voltassem a ser presenciais. Flavia Lopes, representante da CGU, explicou que, até o fim de 2022, o trabalho dos servidores da Controladoria Geral da União está totalmente remoto, o que impede que participem de reuniões presenciais. Nesse caso, se as reuniões fossem híbridas, facilitaria a participação da instituição. Joana vai verificar a viabilidade técnica de as reuniões também serem transmitidas online.
- Data prevista para a próxima reunião: 13/10/2022.